

Educação a Distância e o Projeto Veredas: Relação Entre Teoria e Prática

Área Temática de Educação

Resumo

Este artigo é fruto do projeto de monografia apresentado no 1º semestre de 2004, à Faculdade de Educação, da UFMG. O Veredas é um projeto de extensão dessa Faculdade que visa capacitar os professores da escola fundamental em serviço por meio da EAD. A pesquisa tem como objetivo responder questões como: mudou alguma coisa no trabalho na sala de aula para as cursistas depois do início do curso? A teoria é posta em prática? O que elas pretendem alcançar? (outras questões poderão surgir com o desenrolar da pesquisa). Os processos metodológicos do início da pesquisa foram: pesquisa bibliográfica, leitura, sistematização e redação dos textos. Para o 2º semestre de 2004, estão incluídas outras pesquisas bibliográficas, leitura de memoriais das professoras e visitas às escolas onde trabalham as cursistas, pois pretendemos fazer uma análise comparativa com dados anteriormente coletados. A conclusão da pesquisa está prevista para o 1º semestre de 2005. No trabalho EPPGeD, as cursistas relataram dificuldades para fazerem memorial, monografia e estudar para as provas. Ressaltamos a EAD como uma alternativa importante para a qualificação de docentes e a contribuição da pesquisa ao analisar os reflexos do Veredas na prática pedagógica das cursistas.

Autora

Cláudia Bergerhoff Leite Abreu, Aluna de Pedagogia

Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Palavras-chave: cursistas; educação à distância; veredas.

Introdução e objetivo

Este artigo é resultado do projeto de monografia apresentado ao Colegiado da FaE, UFMG no primeiro semestre de 2004, como Trabalho de Conclusão de Curso. Consideramos o assunto inserido no âmbito educacional, sobretudo a formação continuada, já que é grande a procura de professores por uma atualização para estar engajado na lógica do mercado neoliberal (FREITAS, 2003).

Nesse sentido, a educação à distância surge como uma alternativa para professores que não dispõem de tempo para investir na sua qualificação, pois muitos trabalham em até três turnos por dia para completar o salário no final do mês. Conscientes das dificuldades que os docentes enfrentam, em sua vida profissional, decidimos estudar o Projeto de Educação Normal Superior na modalidade de educação à distância - Veredas. Esse curso é um projeto de extensão da Faculdade de Educação, da UFMG, patrocinada pela Secretaria do Estado de Minas Gerais para dar continuidade de estudo às professoras em serviço da Rede Estadual e da Municipal de Belo Horizonte, através da Formação Superior de Professores, com o objetivo de beneficiar a educação pública da população mineira (SEE/MG, 2002 a, 9).

A proposta do projeto de monografia é analisar o Projeto Veredas da AFOR FaE/UFMG, no tocante aos seguintes aspectos: como a LDB concebe essa modalidade da educação à distância; como foi feita a implantação/implementação do Veredas; as características do Projeto; suas diretrizes curriculares; a importância da formação continuada

de professores em serviço; os efeitos dos recursos tecnológicos utilizados na modalidade de educação à distância na qual o Curso está inserido. Procuraremos responder algumas questões que consideramos relevantes para a pesquisa: quais os reflexos do curso na prática docente? A teoria é posta em prática? O que as cursistas esperam alcançar com o curso? O presente estudo tem como objetivo responder a essas primeiras questões (outras poderão surgir com o desenrolar da pesquisa).

Tratar da formação dos(das) professores(as) no Projeto Veredas é um grande desafio, pois é um programa que ainda está em andamento, com previsão de terminar no primeiro semestre de 2005, fato que também aumenta as expectativas quanto aos resultados da pesquisa.

Metodologia

Depois da escolha do tema e do recorte, procuramos referências bibliográficas que pudessem dar suporte à elaboração do projeto. Após essa etapa, fizemos as leituras, sistematizações e a redação do mesmo. A escolha do Projeto Veredas como objeto da pesquisa se deve a um trabalho anterior realizado no segundo semestre do ano de 2003. Neste trabalho desempenhávamos a função de monitora do Programa: Espaços Públicos de Observação da Prática Pedagógica e Gestão Democrática (EPPGeD) – PROJETO VEREDAS, da Faculdade de Educação da UFMG, nas escolas da região de Venda Nova.

Para o segundo semestre de 2004 estão previamente planejadas a continuação de pesquisas bibliográficas, leituras de memoriais das professoras, visitas às escolas onde trabalham as cursistas para fazermos observações, a ser comparadas com os dados sobre o trabalho de três professoras já acompanhadas anteriormente (EPPGeD). Faremos ainda, eventuais entrevistas com o objetivo de verificar se a prática pedagógica atual reflete mudanças a partir da teoria do Veredas. A conclusão do trabalho está prevista para o primeiro semestre de 2005.

Importância da continuidade da formação dos professores na atualidade

De acordo com Barroso (2002), a partir dos anos 80, o mundo vive uma mudança no âmbito político de reestruturação do Estado, o modelo taylorista/fordista é substituído pelo neoliberalismo. As transformações ocorreram no sentido de “libertar a sociedade civil” do que se considerava o controle do Estado e combater a burocracia e ineficiência dessa Instituição.

Segundo Helena Freitas (2003), a política neoliberal é intensificada nos anos 90 com o enxugamento dos recursos do Estado para as políticas sociais, para a educação e com a privatização, mudam as direções dos recursos públicos no tocante à distribuição, centralização e o foco, para que as experiências se adequem aos fundamentos das reformas em curso. No âmbito educacional, a autora afirma que houve um descompromisso do Estado para com a Educação em todos os níveis, significando “a subordinação do nosso país às exigências do Banco Mundial e à lógica do mercado” (FREITAS, 2003, 1097).

Conforme a mesma autora, estamos revivendo a década de 70 em que predominavam as concepções pragmatistas e tecnicistas que visavam a qualificação do profissional. Ainda segundo a autora, atualmente a concepção neoliberal de competências tem como objetivo a qualificação individual através da formação de professores, pois esses educam as novas gerações para inseri-las desde cedo no contexto de competitividade e de adaptação individual “aos processos de desenvolvimento de suas competências para a empregabilidade ou laborabilidade” (FREITAS, 2003, 1109).

Assim, o papel do professor na educação torna-se fundamental para que as habilidades descritas acima se concretizem. Para isso, é preciso que ele esteja engajado nesse sistema, o que exige que sua formação se dê de acordo com o que a sociedade espera dele. É importante então que o educador continue seus estudos de modo a aperfeiçoar-se para esse mercado exigente.

Outro fator fez com que o profissional da educação procurasse continuar seus estudos. De acordo com as novas exigências estabelecidas na Constituição de 1988, expressas nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, o professor deveria possuir o curso superior para ensinar no nível fundamental e este é um dos motivos que impulsionaram, na década de 90, a procura de Instituições de Ensino de Nível Superior por estes profissionais para ter o diploma para continuar atuando na educação.

Mas será que a formação do docente acompanhou essas mudanças de paradigmas na sociedade, no tocante às expectativas de qualidade de educação de seus filhos? Será que professores já formados estão empenhados numa educação como a que exige o sistema globalizado em que vivemos e que cada vez mais requer um aperfeiçoamento profissional para atender a demanda do mercado? Como trabalhadores com até três turnos seguidos durante o dia, para completar o salário no final do mês, terão condições de continuar seus estudos para se aperfeiçoar com o objetivo de melhorar a qualidade de seu ensino e a aprendizagem de seus alunos? Essa situação se constitui, para alguns docentes, em obstáculos para a continuidade de sua qualificação e, conseqüentemente, a especialização profissional.

Para não se acomodar e ficar parado no tempo, o professor tem como alternativa a educação à distância, que possibilita a interatividade das pessoas através das tecnologias de comunicação, informação e difusão favorecendo a inserção dos indivíduos no contexto da globalização (devido às diferenças quanto ao uso da crase encontradas na literatura, adotaremos a crase como é utilizada pela LDB na expressão educação à distância).

Os recursos tecnológicos e a educação à distância.

Como é possível o educador obter as habilidades de que necessita para se aperfeiçoar (capacidade de escolher e avaliar conteúdos curriculares; saber lidar com tecnologias modernas de ensino; ser consciente de sua prática e do que ela significa no seu campo de atuação; ser um cidadão comprometido com sua comunidade e com a sociedade) num curso de EAD?

Garcia (1997) afirma que “a educação à distância garante maior eficácia na medida em que se desenvolve junto àqueles que já têm melhor nível educacional (GARCIA,1997, 16)”. O autor observa que esse modelo de educação pode ser eficaz nas regiões que estiverem mais preparadas para recebê-la, mas que essa eficácia pode não se concretizar em regiões onde a atenção por parte do governo é menor. Ele não acredita em propostas de educação à distância que não dão total importância ao livro que é possuidor de informações atualizadas e confiáveis, apesar de achar que, muitas vezes, ele (livro) não é garantia de uma relação mais próxima entre professor-aluno. Ao interpretar o artigo 80 da LDB, Garcia diz que a educação à distância parece estar restrita a programas televisivos e radiodifusão. A legislação fala em canais comerciais, canais educativos e concessão sem fins lucrativos. Dessa forma, ele se diz pessimista em relação ao futuro da educação à distância entre nós.

Garcia (1997) faz críticas à educação à distância (já citadas acima), mas também concorda que é uma alternativa para os docentes que queiram se aperfeiçoar profissionalmente. Ele argumenta que, de um lado, as Universidades Públicas de Formação de Professor estão saturadas, não possuindo “qualquer possibilidade, neste momento, de abertura de novas frentes, tal a maneira como vem sendo tratadas pelo poder público, desde o início dos anos 90, ressaltando aí, um breve interregno de alento da gestão Hingel” (GARCIA,1997, 17). Por outro lado, o autor afirma que sem uma efetiva profissionalização em diversos aspectos, tais como: melhores salários, carreira e oportunidades de atualização constante, não haverá avanço no âmbito da educação.

No tocante ao uso que se faz da tecnologia em cursos de educação à distância, Jonhson argumenta que a tecnologia pode, em vez de favorecer a integração, aumentar as disparidades econômicas, a distinção de classes e a distância social: “seria uma piada cruel se a educação à distância se transformasse em educação em favor da distância ao invés de à distância”

(JONHSON apud SOUSA, 1997, grifos do autor). Feldman (1997) também critica a tecnologia utilizada pelas escolas, porém, fazendo uma analogia ao texto Apocalípticos e Integrados de Eco. Segundo a autora, condenamos a massificação da cultura que esfria os relacionamentos humanos promovidos pelos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, consideramos que o vídeo e o computador são as soluções para os problemas que as escolas enfrentam. Ela explica que:

Tememos ser substituídos pela mídia-Diabo, amaldiçoamos a massificação da cultura ou o esfriamento das relações humanas promovido por meios como a TV, o vídeo e o computador, ou, por outro lado, esperamos alegremente pela redenção que virá através da mídia-Deus, que trará milagres e soluções mágicas para todos os problemas que enfrentamos nas escolas brasileiras de hoje (FELDMAN, 1997, 18, grifos do autor).

Feldman ressalta que é necessário um debate sério em torno do uso que se faz da tecnologia em educação à distância, para não atribuímos a ela (tecnologia) responsabilidades e culpas como se tivesse vida e alma, numa tentativa de nos livrarmos das responsabilidades e culpas. Para a autora, os professores devem estar mais preparados tanto em técnica quanto em conceitos para lidar com as novas linguagens e também olhar para os meios de comunicação com o olhar pedagógico para formar nas escolas um público mais crítico, exigente e pedir, por exemplo, mais da TV que assiste.

LDB e a educação à distância

De acordo com o IPAE (1997), a EAD tem a vantagem de diminuir as distâncias, principalmente no Brasil, onde são elevadas as desigualdades regionais, se constituiriam num meio de universalizar e democratizar o ensino. Com o aumento de programas televisivos com esse fim, aumenta a preocupação de órgãos governamentais e dos próprios produtores desses programas com normas e a regulamentação que garantam a qualidade do ensino. Nesse sentido, a LDB 1996 assegura esse controle e regulamentação em dois níveis, cabendo ao Plano Nacional de Educação regulamentar esses dispositivos da LDB.

Cabe à União o credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de Educação a Distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas [Art. 87, §1º e §2º]; são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para a produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação [Art. 87, §3º] (IPAE,1997,p. 8).

Segundo o Instituto, “a LDB considera a Educação à Distância como um importante caminho para a formação e capacitação de professores em serviço” (IPAE,1997, 8). Nesse sentido, o Instituto destaca a importância da Universidade, pois essa dinamiza o processo de formação de profissionais qualificados com o objetivo de atender às demandas da sociedade.

O mesmo Instituto afirma que o MEC e as Secretarias Estaduais do Estado vem adotando medidas como a utilização de uma metodologia baseada nas tecnologias e técnicas de educação à distância para melhorar os cursos presenciais, que deverão ser ampliadas para a Educação Superior. Os multimeios deverão se integrar nos cursos de formação de professores – Escola Normal, Pedagogia e Licenciatura.

Como se vê, a EAD tem sido discutida no âmbito da educação. Discussão essa que merece destaque principalmente no tocante à Formação Superior de Professores, que se constitui numa estratégia de qualificar os profissionais da educação numa tentativa de melhorar o ensino nas primeiras séries do Ensino Fundamental (SEE/MG, 2002 a, 9)

Resultados e discussão

Implantação e características do projeto Veredas

Utilizando as contribuições da Universidade na formação continuada do professor, a Secretaria do Estado da Educação, em parceria com 18 instituições de ensino superior em Minas Gerais, patrocina desde 2002 o Projeto Veredas, Formação Superior de Professores,

com o objetivo de beneficiar a educação pública da população mineira. (SEE/MG, 2002 a, 9). Segundo Glaura Vasques de Miranda, coordenadora geral do Veredas, o número inicial de alunos matriculados era de 14.196, mas ela afirma que hoje o número de alunos é de 14.024 ressaltando a mínima evasão para um curso à distância. Na FaE/UFMG, são 564 cursistas matriculados.

De acordo com a Secretaria do Estado da Educação (SEE/MG, 2002 a, 12) as vantagens desse curso que possibilita a formação de professores em exercício são: equaliza as oportunidades para todos os docentes de Minas Gerais fazerem um curso de formação de professores; ocorre no contexto da vida real aumentando a motivação de fazer o curso, associação da experiência acadêmica das universidades e instituições superiores de ensino nas atividades presenciais em cada módulo; melhoria da qualidade do ensino fundamental em Minas Gerais.

Segundo a mesma Secretaria, os objetivos do Veredas são: habilitar os professores das Redes Públicas de Educação de Minas Gerais, de acordo com a legislação vigente; elevar o nível de competência profissional dos docentes em exercício, contribuição para a melhoria do desempenho escolar dos alunos nos anos iniciais da educação fundamental das Redes Públicas de Minas Gerais; valorizar a qualificação docente. (SEE/MG, 2002 b, 2.) Para cumprir tais objetivos serão utilizados a moderna tecnologia da informação, o curso é oferecido na modalidade de educação à distância contando também com momentos presenciais. O Veredas está caracterizado como formação inicial em serviço, habilitando os professores em nível superior para o magistério nos primeiros anos do ensino fundamental. O projeto proporciona aos professores em formação a vivência do ambiente universitário.

Do professor que atua nas séries iniciais do ensino fundamental é esperado como características a capacidade de conhecer bem os conteúdos curriculares, planejar e desenvolver situações de ensino-aprendizagem, estimular situações em que seus alunos possam interagir socialmente, que administre com tranquilidade as situações em sala de aula, que respeite as diversidades culturais dos alunos e saber lidar com elas. Com essas características o docente “valoriza o saber que produz em seu trabalho cotidiano, empenha-se no próprio aperfeiçoamento e tem consciência de sua dignidade como pessoa e como profissional” (SEE/MG, 2002 b, 3).

Nesse sentido, Tardif (2002) argumenta ser importante a associação entre os saberes transmitidos pelas instituições de nível superior relacionados a formação de professores e aos saberes experienciais desses profissionais em exercício, ou seja, os saberes baseados no trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. Para ele, “a pedagogia é o conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos” (TARDIF, 2002,117). O autor explica que a pedagogia é vista pelos professores como uma tecnologia usada no exercício de seu trabalho.

Diretrizes curriculares do Veredas

Tratando da relação entre o Curso de Formação de Professor e a atuação do professor nas escolas, o Veredas propõe algumas diretrizes curriculares, tais como: organizar a formação de acordo com os princípios da ação-reflexão-ação, articulando teoria e prática em todos os momentos, desde o início do Curso; situar o processo de formação no contexto da escola em que atua o cursista e da rede de educação fundamental, estabelecendo parcerias; incorporar em todas as situações de aprendizagem reflexões sobre a realidade atual, bem como experiências com diferentes aspectos da cultura, de modo a favorecer o crescimento pessoal e profissional do cursista, sua inserção no mundo e o exercício de sua cidadania; incorporar no próprio currículo do Curso os aspectos éticos, políticos e estéticos a serem observados na elaboração e no desenvolvimento das propostas político-pedagógicas das escolas (SEE/MG, 2002 b, 3/4,).

As atividades do Veredas são feitas por meio da auto-instrução, encontros, oficinas, debates e atividades culturais que possibilitam “o desenvolvimento de competências necessárias para o trabalho coletivo e ampliação dos horizontes pessoais e profissionais dos professores cursistas” (SEE/MG, 2002 b, 2.). São 851 tutores ao todo no Estado de Minas Gerais, 541 na FaE como dissemos anteriormente. São 40 tutores na UFMG, cada tutor fica responsável por um grupo de 15 cursistas com a função de orientar e coordenar os estudos teóricos e as atividades práticas em momentos presenciais do Curso.

Atividades de ensino e aprendizagem tem duração de 3.200 horas, desenvolvidas em sete módulos com duração de 16 semanas cada, abrangendo as atividades planejadas de acordo com as diretrizes explicitadas acima. Na semana que inicia o semestre, são realizadas as atividades presenciais, em 40 horas são apresentados os conteúdos e as atividades previstas para o período, elaboração de planos de trabalho e o acerto de reuniões entre cursistas e tutores. Esse tipo de atividade favorece uma interação com seus colegas, tutores e com a instituição de ensino em que fazem o curso.

Nas atividades individuais à distância, são realizados estudos sistemáticos dos componentes disciplinares do currículo. Um Guia de Estudo orientará as atividades individuais nas leituras que devem ser feitas pelo menos 10 horas semanais durante as 16 semanas de duração dos módulos.

A prática pedagógica orientada é feita na sala de aula do próprio cursista com 10 horas de atividades em 15/16 semanas de cada módulo. Essas atividades são orientadas pelo tutor que visitará as/os cursistas na escola onde lecionam e serão avaliadas com o grupo de colegas em atividades coletivas.

As atividades coletivas acontecem três vezes em cada módulo. Há uma reunião mensal dos tutores com o grupo de cursistas, num período de oito horas. São atividades feitas com o objetivo de promover a socialização entre cursistas, favorecendo a aprendizagem, a reflexão sobre a prática, a participação, o trabalho coletivo, estudo interdisciplinar, bem como o planejamento das atividades de prática pedagógica que cada professor cursista desenvolverá em sua turma no mês subsequente.

As atividades individuais e coletivas serão avaliadas ao longo do Curso com os seguintes objetivos: “permitir que o professor cursista tenha uma idéia clara de seus progressos e possa reorientar seus esforços de acordo com as necessidades; levantar subsídios para a avaliação e a readequação do próprio curso, abrangendo os materiais instrucionais, a atuação do tutor e o desempenho da agência formadora” (SEE/MG, 2002 b, 5). No final de cada módulo, haverá uma reunião de oito horas para avaliar o Projeto Veredas, no sentido de aperfeiçoar o mesmo, o desempenho das cursistas por meio de prova presencial que é imposto pela legislação como requisito para a certificação, nos cursos à distância.

Um memorial é escrito pelos cursistas com a finalidade de ser um depoimento escrito sobre o processo vivenciado, enfocando a ressignificação de sua identidade profissional com reflexão da prática pedagógica em uma perspectiva interdisciplinar. O tema a ser escrito pelas cursistas é definido por cada módulo e deverão ser orientadas pelo Guia de Estudo a fim de que possam refletir sobre as questões envolvidas nas experiências vivenciadas durante o curso, na escola em que trabalham, na sua formação e na vida pessoal.

Uma monografia feita pelos cursistas deverá ser entregue no final do curso a respeito de um tema educacional da atualidade escolhido por ele próprio. Os cursistas deverão elaborar a monografia durante todo o curso a partir de estudos interdisciplinares e experiências de integração do ensino e da pesquisa pedagógica que são discutidas a cada módulo. O acompanhamento do tutor e da AFOR devem ser contínuos na orientação, elaboração e produção das monografias das cursistas.

O Manual de Agência de Formação explicita que os direitos dos/as cursistas, tais como: um curso ministrado na AFOR em que foi selecionado; a materiais instrucionais; a um

tutor que o acompanhe durante o curso; às atividades presenciais programadas para o curso; acesso às Bibliotecas da AFOR; ao reconhecimento público de que fez o curso por meio de um Diploma de Curso Normal Superior; recebimento de bolsas para suprir custos de transporte, hospedagem, alimentação, etc.

De acordo com o mesmo Manual, as cursistas têm como dever freqüentar as atividades presenciais do início de cada semestre, as atividades de avaliação semestrais (presenciais), as atividades coletivas que são mensais, além de ler as atividades dos Guias de Estudo do curso para discussão com o Tutor nas reuniões mensais, realizar as atividades pedagógicas propostas, fazer e entregar um Memorial e uma Monografia no final do curso de acordo com a temática escolhida. As cursistas devem também respeitar as normas de funcionamento e regulamentos acadêmicos da AFOR à qual esteja vinculado, no que for pertinente; continuar lecionando durante o Curso de preferência na mesma escola.

O Manual de Agência de Formação observa que o Professor Cursista deve ter 75% de freqüência e as atividades presenciais que por ventura foram perdidas, por motivo de saúde, devem ser repostas por outras atividades de acordo com os critérios da AFOR. Os cursistas que não conseguirem desempenho satisfatório nas avaliações mensais, em uma ou duas áreas temáticas, poderão solicitar nova avaliação no mês seguinte ou algum trabalho especial observando os critérios da AFOR. No caso das avaliações semestrais, se o Cursista não for aprovado poderá pedir novo exame de recuperação que deverá ser feito no prazo de quinze dias, antes de iniciar o próximo módulo. Se ainda assim o Professor Cursista não for aprovado, poderá fazer dependência em até dois componentes curriculares, segundo os critérios dos Colegiados do Veredas em cada AFOR.

Conclusões

De acordo com o trabalho que realizamos no 2º. semestre de 2003 EPPGeD, as três cursistas afirmaram estar gostando de fazer o Curso Veredas. No entanto, dizem sentir algumas dificuldades, a mais relatada por elas foi a avaliação. Dentre as justificativas das professoras estão o tempo curto para estudar para as provas, pois muitas delas trabalham até dois turnos por dia, a quantidade de conteúdo por prova (acham que 4 conteúdos em cada prova é muito), as provas são no formato de múltipla escolha (gostariam de escrever o que pensam), são cobradas quanto à tarefa do memorial e, na época estavam preparando o esboço da monografia a ser entregue no início de 2004. Segundo as docentes, os temas de suas monografias estão relacionadas ao letramento, avaliação e a literatura em sala de aula.

De acordo com os dados apresentados pelo trabalho EPPGeD, concluímos que EAD é uma relevante alternativa para essas cursistas que não dispõem de tempo para se dedicar à sua qualificação profissional. Quanto às dificuldades relatadas pelas professoras, ressaltamos a importância e a contribuição da pesquisa sobre os reflexos do Veredas na prática pedagógica das cursistas.

Referências bibliográficas

BARROSO, J. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: _____. (Org.) A escola pública: regulação, desregulação, privatização. 19-48. Porto: Asa, 2002.

FELDMAN, Márcia. TV na escola: nem Deus nem o Diabo na terra do sol. Presença Pedagógica. V.3, n. 17, 17-23, Set/ Out, 1997.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Certificação docente e a formação do educador: regulação e desprofissionalização. Educação e Sociedade. Campinas, V.24, n. 85, 1095-1124, Dez 2003.

GARCIA, Walter E. Legislação, políticas públicas e gestão para o ensino à distância. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, V.25. nº 139, 16-18, Nov/Dez, 1997.

IPAE. Educação a distância no Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação a Distância. Rio de Janeiro, ano V, nº 25, 5-12, Nov/Dez, 1997.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Jornal Veredas. SEE/MG: Belo Horizonte, 2-16, Dez, 2003.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Veredas: Formação Superior de Professores. Curso a Distância. Manual da Agência de Formação. SEE/MG: Belo Horizonte, 2002. (a)

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Veredas: Formação Superior de Professores. Curso a Distância. SEE/MG: Belo Horizonte, 2002. (b)

SOUSA, Eda C. B. Machado de. Ensino à distância e capacitação de recursos humanos. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, V.25. nº 139, 19-24, Nov/Dez, 1997.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.